



Fwd: Lupa - Reportagem sobre contingenciamentos - Prazo: 26/06, às 16h

1 mensagem

27 de junho de 2019 20:12

----- Forwarded message -----

De: **ASSESSORIA DE IMPRENSA** <imprensa@economia.gov.br>

Date: qui, 27 de jun de 2019 às 20:09

Subject: RES: Lupa - Reportagem sobre contingenciamentos - Prazo: 26/06, às 16h

To: Maurício Moraes

Maurício,

Seguem respostas:

1) Por que o governo optou por deixar a menor quantidade de verbas discricionárias em dez anos nas pastas de Educação, Meio Ambiente, Turismo, Relações Exteriores e Defesa, enquanto a Saúde não sofreu contingenciamento, segundo os dados fornecidos via LAI?

A comparação, neste momento, não se justifica, porque o limite para as despesas discricionárias de 2019 refere-se ao Relatório de Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, de maio deste ano, enquanto nos demais anos analisados foram observados os limites das despesas discricionárias, das respectivas pastas, após o último contingenciamento (no final do ano). Apesar do crescimento exponencial das despesas obrigatórias nos últimos anos, o Ministério da Economia realiza uma série de medidas em busca do equilíbrio fiscal, com expectativa de reflexos positivos ainda neste ano.

2) Por que, proporcionalmente, o contingenciamento foi o maior da década em Defesa e Minas e Energia, e o segundo maior em Educação e Relações Exteriores?

Novamente, neste momento, não é possível chegar a essa conclusão, pois, conforme já foi dito, a análise tem que ser feita ao final deste ano. Ademais, os Ministérios da Defesa e Minas e Energia contam com recursos expressivos, especialmente dedicados à capitalização de empresas não dependentes, como Eletrobrás e Emgepron, aprovados na Lei Orçamentária de 2019, que não guardam paralelo, em termos de comparação com anos anteriores, que tenham um contingenciamento geral tão severo quanto em 2019.

3) Os ministérios da Educação, da Defesa e das Relações Exteriores foram os mais atingidos pelo contingenciamento tanto no limite total disponível quanto proporcionalmente. Por quê?

A situação da Defesa descrita anteriormente, se justifica pelo volume de recursos destinado à capitalização da Empresa Pública Emgepron, já a Educação e Relações Exteriores possuem, proporcionalmente, um volume global de contingenciamento semelhante a outros Ministérios.

4) Por que o volume disponível em recursos para gastos não-obrigatórios nas cinco pastas citadas (Educação, Meio Ambiente, Turismo, Relações Exteriores e Defesa) é menor hoje do que o de 2015, quando houve o maior contingenciamento da história? Educação e Defesa têm atualmente metade dos recursos disponíveis naquele ano.

O crescimento das despesas obrigatórias, sobretudo com previdência e gastos com pessoal, comprime o montante disponível para investimentos e custeio. Daí a necessidade de buscar o equilíbrio fiscal, impedindo o crescimento exacerbado das despesas obrigatórias.

5) Como o governo evitará uma paralisação de atividades nessas pastas, que terão menos recursos do que há dez anos?

A Nova Previdência, em tramitação no Congresso Nacional, é uma medida estruturante com potencial para levar o país a um novo patamar. Trata-se de uma reforma paramétrica. Além disso, outras medidas estruturantes e conjunturais estão prontas ou em fase avançada para serem apresentadas pelo governo após etapa de tramitação da Nova Previdência.

6) Como será garantida a capacidade de investimento do governo federal, se os gastos discricionários sofreram a maior redução da década?

Infelizmente em razão do crescimento das despesas obrigatórias, considerando ainda a necessidade de cumprimento das regras fiscais vigentes, o volume global para despesas discricionária se reduz a cada exercício.

7) Como o governo pretende recuperar o volume de gastos previstos na LOA para cada pasta até o fim do ano? Que ações estão sendo tomadas nesse sentido?

A recuperação dos investimentos está intimamente atrelada à modificação da composição da despesa primária total. Nesse sentido, a economia com despesas obrigatórias, como no caso da reforma da previdência, surtirá efeitos, quando aprovada, permitindo ao País recuperar o nível de investimentos.

8) Existe alguma possibilidade de se revisar a meta fiscal, como já foi feito no passado, para garantir o funcionamento dos serviços do governo e a capacidade de investimento de cada ministério?

O governo não trabalha com essa possibilidade.

